

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 96.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 28 de Junho de 1971 — (Segunda-feira)**

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belirati, Antônio Maciel, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanussô, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausentes os srs. deputados: David Federmann e Wilson Brandão (2).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E :**

**MENSAGENS:**

**MENSAGEM N.º 16-71**

Curitiba, 22 de junho de 1.971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o regime de trabalho e remuneração dos funcionários fisco-arrecadadores do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda.

2 — O presente anteprojeto, tem por finalidade adaptar o regime de remuneração dos funcionários fiscais fazendários aos termos do artigo 196, da Constituição do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1.969, incorporada pelo artigo 83 da Constituição Estadual, vedando a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

3 — Em decorrência do imperativo constitucional o projeto procura harmonizar os níveis de retribuição de pessoal incumbido da fiscalização de tributos e, considerando-se que ao Estado compete, ao observar o preceito isolado de disposição da Carta Magna, ter em vista os demais preceitos de ordem geral, de modo a prover no sentido de que não resulte repercussão administrativa e social não colimada pela norma.

4 — A revogação do artigo 5.º, da Lei n.º 5.794, de 21 de junho de 1.968, no presente anteprojeto vem banir definitivamente o último resquício que ainda existia na legislação paranaense, no tocante à participação do funcionário fiscal no produto das multas, em atendimento ao mandamento de ordem constitucional, que veio dar nova dimensão ao sistema de remuneração dos integrantes das carreiras fisco-arrecadadoras, sem contudo, eliminar ou diminuir os princípios básicos do sistema de retribuição existente no Estado.

5 — Como se verifica da tomada de posição dos vários Estados da Federação, um objetivo comum se destaca: preocupação unânime de se preservar dentro de um limite justo, situação atual dos integrantes das carreiras e funções incumbidas da fiscalização e arrecadação dos tributos.

6 — De sorte, para enfatizar a preocupação dos governos de outros Estados, vale dizer que a instituição do prêmio de produtividade já se generalizou na maioria das unidades federativas brasileiras, senão vejamos: O Governo do Estado de São Paulo instituiu o prêmio de produtividade pelo Decreto-Lei n.º 200, de 27.02.70; (800 quotas, 2/3 do valor do vencimento mais gratificação "pro labore"); em Santa Catarina, o seu Governo através da Lei n.º 4.426, de 03.02.70, adotou também idêntica iniciativa, criando (o sistema de remuneração dos servidores da Secretaria da Fazenda, transformando, modificando ou alterando cargos, carreiras e funções).

Coerente pois, com tais conceitos, é eliminada a participação na arrecadação dos tributos e nas multas anteriormente à vigência do mencionado dispositivo constitucional, representava uma das parcelas da remuneração do funcionário fiscal; o sistema ora proposto, de prêmio à produtividade, será disciplinado em ato regulamentar, fixado o teto limite de 800 (oitocentas) quotas, e condicionando-se a sua percepção à prestação de serviços de, no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, em sistemas de rodízios de períodos diurnos e noturnos, obrigando-se o servidor ao comparecimento ao trabalho, aos sábados, domingos e feriados, quando haja escala de serviços.

Por outro lado, no que concerne às alterações na estrutura organizacional do Departamento de Rendas Internas, destaca o anteprojeto a transformação de cargos, alguns de nível universitário, cujos titulares de a muito vinham prestando seus serviços no citado órgão e, graças à proposição que ora encaminha a essa Colenda Assembleia Legislativa, o Departamento de Rendas Internas ficará enriquecido em seu quadro de uma equipe de servidores altamente gabaritados, condição, aliás, que reputo de capital importância, para se inaugurar uma nova mentalidade no setor fisco-arrecadador.

De resto, cuida ainda o anteprojeto, da criação no Departamento de Rendas Internas de um quadro suplementar de pessoal, que agrupará os cargos não integrantes do grupo ocupacional Fisco. Estes cargos, a medida que os respectivos titulares forem se aposentando, suprimem-se.

E finalmente, as demais disposições do anteprojeto, objetivam a indispensável adaptação e harmonia com as inovações introduzidas, visando a um maior rendimento da máquina fiscal fazendária.

Assim justificada a propositura em anexo, tenho a honra de encaminhá-la à elevada deliberação de Vossa Excelência.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica vedada a participação de servidores públicos estaduais no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa.

Art. 2.º — As séries de classes de Agente Fazendário, Fiscal Fazendário,

Economista, Advogado, Contador e demais constantes da Tabela Anexa, ficam transformadas, modificadas ou alteradas de acôrdo com as correspondências estabelecidas na mesma, e que fazem parte integrante da presente lei.

§ 1.º — As séries de classes transformadas, modificadas ou alteradas e constantes do número 1 da Tabela Anexa, serão preenchidas por funcionários ocupantes de cargo de nível universitário, lotados ou adidos no Departamento de Rendas Internas, na data da publicação desta lei.

2.º — Os cargos transformados, modificados ou alterados, aludidos no número 1 e 2 da referida Tabela, para fins de direitos e deveres, conservarão as características dos cargos originários.

§ 3.º — A série de classes de Fiscal Tributário é o conjunto de cargos da mesma natureza de trabalho e, para efeito de promoção, é regulada pelas disposições do capítulo X, do título III, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

Art. 3.º — Os atuais cargos que figurarem na Tabela n. 3, em anexo, com as novas denominações constantes da mesma Tabela, passarão a integrar as séries de classes de Técnico de Administração Tributário, Administrador Tributário, Auxiliar de Administrador Tributário e Auxiliar de Fiscalização, e se extinguirão na medida em que se vagarem.

Art. 4.º — Fica vedada qualquer forma de transferência, de adição ou de lotação de servidores de outros órgãos para o Departamento de Rendas Internas.

Art. 5.º — Nenhum servidor poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertence, salvo se se tratar de função gratificada, de cargo em comissão ou no caso de substituição.

§ 1.º — A ato que contrariar o disposto neste artigo, não produzirá qualquer efeito, e a autoridade que o determinou ficará sujeita à responsabilidade disciplinar.

§ 2.º — O funcionário irregularmente designado devolverá quaisquer vantagens que haja percebido pelo exercício das funções que lhe foram atribuídas.

Art. 6.º — Fica estabelecido o sistema de retribuição mensal por prêmio de produtividade aos funcionários que compõem a Tabela Anexa quando, no desempenho de suas atribuições, contribuírem com eficácia no incremento das atividades inerentes à administração e à fiscalização de tributos, inclusive na orientação do contribuinte.

Art. 7.º — O direito à percepção do prêmio de produtividade a que se refere o artigo anterior, somente será devido ao servidor fiscal que apresentar, mensalmente, um mínimo de produção de serviços de conformidade com a fixação de tarefas, mediante ato do Secretário da Fazenda.

Parágrafo Único — Compete exclusivamente ao Secretário da Fazenda autorizar ou não a atribuição do prêmio de produtividade referido nos artigos 6.º e 8.º desta lei, sob a forma de quotas.

Art. 8.º — O servidor fiscal, quando designado para o desempenho de função de chefia ou assessoramento, ou ainda comissionamento nos cargos de Diretor, Supervisor Técnico-Administrativo, Delegado e Assistente do Departamento de Rendas Internas, fará jus à atribuição do prêmio de produtividade que será fixado em ato do Secretário da Fazenda.

Parágrafo Único — Igual vantagem será extensiva aos servidores constantes dos números 1 e 2 da Tabela Anexa, que não ocupando cargo em comissão ou função gratificada, executem serviços de natureza fisco-arrecador no Departamento de Rendas Internas.

Art. 9.º — O valor unitário de cada quota é a importância correspondente a 0,4831 (quatro mil, oitocentos e trinta e um décimos milésimos por cento) do valor da tabela de vencimentos do cargo inicial da série de classes de Fiscal Fazendário.

Art. 10.º — O servidor fazendário não poderá perceber, à título de

quotas, importância superior a 3 (três) vezes o valor correspondente a tabela de vencimentos do cargo que ocupe.

Art. 11.o — O prêmio de produtividade não poderá ultrapassar a importância equivalente a 800 (oitocentas) quotas mensais do valor unitário referido no artigo 9.o.

Art. 12.o — Fica atribuída aos ocupantes das séries de classes constantes da Tabela Anexa a presente Lei, a remuneração de 2/3 (dois terços) do "quantum" do respectivo vencimento e mais as quotas estipuladas no artigo 6.o e as vantagens pecuniárias a ela incorporadas.

Art. 13.o — Os valores das quotas e da remuneração de que tratam os artigos 6.o, 7.o, 8.o e 12 serão reajustados sempre que houver alterações nas tabelas de vencimentos do funcionalismo público civil do Estado.

Art. 14.o — O servidor fiscal fica sujeito à prestação de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em sistema de rodízio de períodos diurnos e noturnos.

Parágrafo Único — O comparecimento ao trabalho será obrigatório aos sábados, domingos e feriados, quando haja escala de serviços, ou convocação.

Art. 15.o — Ao servidor fiscal é vedado o exercício de outra atividade pública ou privada quando:

1 — exercida na qualidade de empregado, profissional liberal, trabalhador autônomo, corretor e representante;

2 — decorrente da participação na gerência ou administração de empresas comerciais, industriais e financeiras, bem como qualquer forma de atividade comercial, exceto na condição de acionista, sócio quotista ou comendatário;

3 — resultante de função ou mandato em sociedade civil ou fundação, salvo as que não confirmam lucro e de comprovado objetivo filantrópico, cultural, científico, associativo, recreativo ou esportivo.

Parágrafo Único — Não se compreende na proibição deste artigo o desempenho de funções e atividades decorrentes de:

1 — designação para se incumbir de encargos ou serviços junto ao Gabinete do Governador do Estado e Secretaria da Fazenda;

2 — designação para exercer função de membro de órgão de deliberação coletiva na Secretaria da Fazenda, desde que de natureza tributária;

3 — encargos não remunerados no âmbito da Secretaria da Fazenda, ainda que com prejuízo do exercício normal do cargo ou função;

4 — designação para o desempenho de encargos de interesse do Estado, devidamente comprovados em parecer do Secretário da Fazenda, a juízo exclusivo do Governador.

Art. 16.o — O servidor fiscal, quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson, incompatíveis com o trabalho, e outras moléstias que a lei indicar na base de medicina especializada, conforme apurado em inspeção médica será compulsoriamente licenciado, percebendo, além do vencimento e remuneração, o valor correspondente a 300 (trezentas) quotas mensais, calculadas segundo o artigo 9.o.

Parágrafo Único — O funcionário que se aposentar em razão das doenças alinhadas neste artigo, integrará aos proventos de inatividade, as vantagens previstas nos artigos 6.o e 12.

Art. 17 — Para todos os efeitos legais as quotas e demais vantagens atribuídas a título de prêmio de produtividade a que se referem os artigos 6.o, 7.o, 8.o e 12, desta lei, serão integrados nos cálculos de proventos de aposentadoria do servidor fiscal, desde que, haja exercido função fisco-arrecadora no Departamento de Rendas Internas por período não inferior a 5 (cinco) anos, consecutivos ou não.

§ 1.o — O cálculo para os fins de integração prevista neste artigo será

feito com base na média mensal da retribuição percebida nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao da concessão da aposentadoria.

§ 2.º — Para efeito de apuração da média mensal do número de quotas a ser integrado nos proventos de aposentadoria, nos termos deste artigo, não serão considerados os meses em que o funcionário se ausentou, ainda que parcialmente, em virtude das licenças previstas nos itens I a XIX do artigo 128, da lei número 6.174, de 16 de novembro de 1.970;

§ 3.º — Para os efeitos do parágrafo 1.º deste artigo, computar-se-ão aos meses em que o funcionário percebeu as vantagens do artigo 5.º da Lei n. 5.794, de 12 de junho de 1.968, e as previstas no artigo 5.º da Lei n. 6.120, de 1.º de julho de 1.970.

Art. 18 — Além da remuneração prevista no artigo 12 da presente lei, o pessoal relacionado no número 3 (três) da Tabela Anexa, fará jus a uma gratificação "pro-labore" que será fixada em Instrução do Secretário da Fazenda.

§ 1.º — As vantagens deste artigo integrarão nos cálculos de proventos de aposentadoria do funcionário da Parte Suplementar, que haja cumprido no Departamento de Rendas Internas, tempo de serviço não inferior a 5 (cinco) anos consecutivos ou não;

§ 2.º — O cálculo para os fins de integração previsto neste artigo será feito com base na média mensal da retribuição percebida nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao da concessão da aposentadoria.

Art. 19 — O Poder Executivo, tendo em vista as implicações desta lei, reformulará a classificação, lotação, funcionamento e atribuições do Departamento de Rendas Internas.

Art. 20 — As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Departamento de Rendas Internas da Secretaria de Fazenda, através da Sub-consignação 3.1.1.1.1.15 — Vantagens de Pessoal.

Art. 21 — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 22 — A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, exceto os artigos 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10, 11 e 18, e seus parágrafos, que produzirão efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1971, ficando revogados:

I — A Lei n. 6.120, de 1.º de julho de 1.970;

II — O artigo 5.º e seus parágrafos, da Lei n. 5.794, de 12 de junho de 1.968.

SECRETARIA DA FAZENDA — Departamento de Rendas Internas

Tabela Anexa a Lei N.º

N.º 1 PLANEJAMENTO

SITUAÇÃO ANTERIOR

Cargos ou Funções	Nível	Número de Cargos		
		Ocup.	Vagos	Total
1 — Advogado	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	2	—	2
"	26	8	—	8
2 — Delegado Polícia	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	—	—	—
"	26	1	—	1
3 — Contador	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	—	—	—
"	26	15	—	15
"	25	18	—	18
4 — Economista	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	—	—	—
"	26	7	—	7
"	25	3	—	3
5 — Engenheiro	30	—	—	—
"	29	—	—	—
"	28	—	—	—
"	27	1	—	1
"	26	—	—	—

N.º 2 FISCO

6 — Fiscal Fazendário	23	56	—	56
"	22	153	—	153
"	21	228	—	228
7 — Agente Fazendário	20	—	—	—
"	19	410	—	410
"	18	758	—	758

SECRETARIA DA FAZENDA — Departamento de Rendas Internas

Tabela Anexa a Lei N.º

N.º 3 — ADMINISTRAÇÃO

SITUAÇÃO ANTERIOR

Cargos ou Funções	nível	ocup.
-------------------	-------	-------

Cargos ou Funções		SITUAÇÃO ATUAL	Nível	Número de Cargos		Total
				Ocup.	Vagos	
Consultor	Jurídico	Tributário	30	—	—	—
"	"	"	29	—	—	—
"	"	"	28	—	—	—
"	"	"	27	2	—	2
"	"	"	26	9	—	9
Auditor	Tributário		29	—	—	—
"	"		28	—	—	—
"	"		27	—	—	—
"	"		26	15	—	15
"	"		25	18	—	18
Auditor	Econômico	Tributário	29	—	—	—
"	"	"	28	—	—	—
"	"	"	27	—	—	—
"	"	"	26	7	—	7
"	"	"	25	3	—	3
Perito	Avaliador		30	—	—	—
"	"		29	—	—	—
"	"		28	—	—	—
"	"		27	1	—	1
"	"		26	—	—	—
Fiscal	Tributário		23	56	—	56
"	"		22	153	—	153
"	"		21	228	—	228
"	"		20	—	—	—
"	"		19	410	—	410
"	"		18	758	—	758

Técnico de Administração	28	—
" "	27	—
" "	26	—
" "	25	—
" "	24	5
Oficial de Administração	23	—
" "	22	—
" "	21	—
" "	20	18
" "	19	35
Contabilista	23	—
" "	22	—
" "	21	—
" "	20	2
" "	19	47
Técnico em Inst. Hidráulica	21	1
" "	20	—
" "	19	—
" "	18	—
Revisão Calculista	21	1
" "	18	—
" "	17	—
" "	16	—
" "	15	—
Técnico em Mecanização	19	1
" "	18	—
" "	17	2
" "	16	—
" "	15	—
Escrivão	17	—
" "	16	—
" "	15	16
" "	14	—
" "	13	10
Motorista	16	12
" "	15	—
" "	14	3
" "	13	—
" "	12	10
Artífice	16	—
" "	15	—
" "	14	2
Arquivista	13	—
" "	12	—
" "	11	—
" "	10	1



Técnico de Adm. Tributária

"	"	"	28	—
"	"	"	28	—
"	"	"	26	—
"	"	"	25	—
"	"	"	24	5

Administrador Tributário

"	"	"	23	—
"	"	"	22	—

"	"	"	21	13
---	---	---	----	----

"	"	"	20	20
---	---	---	----	----

"	"	"	19	84
---	---	---	----	----

"	"	"	17	2
---	---	---	----	---

Aux. de Administ. Tributário

"	"	"	17	
---	---	---	----	--

"	"	"	16	12
---	---	---	----	----

"	"	"	15	16
---	---	---	----	----

"	"	"	14	5
---	---	---	----	---

"	"	"	13	10
---	---	---	----	----

"	"	"	12	10
---	---	---	----	----

Datilógrafo	12	
"	11	—
"	10	100
Auxiliar de Saneamento	14	—
"	13	—
"	12	1
Porteiro	13	1
"	12	—
"	11	—
Atendente	12	—
"	11	—
"	10	—
"	9	—
"	8	1
Guarda Rural	11	1
"	10	—
"	9	—
Auxiliar de Artífice	13	6
"	12	—
"	11	1
"	10	—
"	9	74
Guarda Sanitário	13	—
"	12	—
"	11	—
"	10	—
"	9	1
"	8	—
"	7	—
Telefonista	10	—
"	9	—
"	8	1
Auxiliar de Portaria	10	2
Serviçal	9	—
"	8	1
Servente	8	—
"	7	—
"	6	—
"	5	27
Operário Rural	6	1
Mensageiro	4	5

"	"	"	11	
"	"	"	10	101
Auxiliar de Fiscalização			14	—
"	"		13	7
"	"		12	1
"	"		11	2
"	"		10	2
"	"		9	75
"	"		8	3
"	"		7	—
"	"		6	1
"	"		5	27
"	"		4	5

MENSAGEM — 18-71.

Curitiba, 24 de junho de 1.971

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira, destinados ao atendimento de despesas com obras já executadas, ao custeio de obras de infra-estrutura e de outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais ou plurianuais.

As relevantes finalidades e o elevado interesse público na aprovação da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado, substanciam-se no próprio texto do art. 1.º do Plano de lei em questão, onde se contém a destinação dos valores a serem obtidos nos empréstimos ou financiamentos objetivados.

Do anexo anteprojeto de lei consta dispositivo expresso, segundo o qual os empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas emanadas das autoridades monetárias federais e, bem assim, às exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira da União.

É previsto, ainda, no anteprojeto ora encaminhado, que, para efeito de amortização e resgate do principal, juros, taxas adicionais e comissões, constarão dos orçamentos dos exercícios futuros as necessárias dotações, sendo, também, prevista autorização para abertura de créditos suplementares nos limites e com os recursos de abertura subordinados ao produto dos empréstimos ou financiamentos de que cuida a medida legal proposta.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao atendimento de despesas com obras já executadas, ao custeio de obras públicas de infra-estrutura e de outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais ou plurianuais.

Parágrafo único. — A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com um ou vários mutuantes e em qualquer data, até que seja atingido o montante previsto.

Art. 2.º — O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões, referentes aos empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes ditadas pelas autoridades monetárias federais e às exigências dos órgãos encarregados da política econômica-financeira da União.

Art. 3.º — Para obtenção de empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente Lei, fica o Governo do Estado, Banco do Estado do Paraná S/A. e ou Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., autorizados a emitir Notas Promissórias até o valor previsto no artigo 1.º, negociáveis, transferíveis e com o aval do Tesouro do Estado, ou pelo Banco do Estado do Paraná S/A., ou ainda pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., respeitados quanto a estes as limitações legalmente impostas referentes ao capital, juros e taxas adicionais, em favor de financiadores estrangeiros.

Art. 4.º — Para efeito de amortização e resgate do principal, juros, taxas adicionais e comissões, constarão dos orçamentos dos exercícios futuros as dotações necessárias, de conformidade com as condições de prazo e valores constantes dos empréstimos ou financiamentos a serem contraídos devendo

tais valores serem reajustados na proporção das oscilações cambiais que advierem.

Art. 5.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, nas dotações e consignações respectivas, créditos suplementares até o valor de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), servindo como recursos para sua abertura e produto dos empréstimos ou financiamentos de que trata a presente lei.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**A Cobrança de Constituição e Justiça.**

#### REQUERIMENTOS:

- De autoria do sr. Deputado Fuad Nacli, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n. 268-70.
- De autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando adiamento por 3 (três) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n. 163-70.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, na forma regimental, consigne-se na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento ocorrido, ontem, em desastre automobilístico em Brasília, do Reverendo Daily Rezende França.

O Reverendo Daily Rezende França, nasceu em Jataí-GO, em 3 de março de 1930, e era casado com a sra. Rute Moura França. Iniciou seus estudos em Cuiabá, cursando o clássico em São Paulo, e, na mesma cidade, formou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde licenciou-se em Filosofia e efetuou curso de post-graduação em psicologia clínica. Formou-se em Teologia em 1954, iniciando seu pastorado em São Paulo, onde, nos últimos 10 anos exercia as suas funções na Catedral Evangélica.

O Reverendo Daily Rezende França, ocupava, por mais de dois triênios, as presidências do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana e da Mesa Administrativa da mesma Igreja, cargos supremos no Brasil.

O falecido, por outro lado, ocupou diversos cargos na diretoria da Sociedade Bíblica do Brasil, na Confederação Evangélica Brasileira e na Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Era presidente da Aliança das Igrejas Presbiterianas da América Latina; vice-presidente da UNELAN — União Evangélica Latina-Americana; vice-presidente para a América Latina da Aliança Mundial Presbiteriana e membro da diretoria da CELADEC — Conselho da Educação Cristã na América Latina.

Sua existência foi marcada por seguidas demonstrações de espírito cristão e de amor ao próximo.

Outrossim, aprovado o presente, oficie-se à família enlutada e à 1.ª Igreja Presbiteriana de Curitiba, na pessoa do Reverendo José Ferreira Filho, à rua do Rosário, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.971.

(a) Maurício Fruet.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de aplausos ao exmo. sr. Ministro da Educação e Cultura e ao exmo. sr. Presidente da República, pelo envio, no último dia 24, após reunião ministerial, de mensagem ao Congresso Nacional, objetivando a aprovação de lei que fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de primeiro e segundo grau e dá outras providências.

Tal anteprojeto de lei, senhor Presidente e senhores Deputados, composto de 86 artigos, divididos em 8 capítulos, resulta de longos estudos e acuradas pesquisas, que levaram o Governo Federal a propor medidas realmente revo-

lucionárias no campo da Educação. Entendendo que o sistema educacional vigente não mais condiz com as necessidades do desenvolvimento econômico e social do País, o Governo da Revolução dá, através da mensagem citada, em nosso entender, o principal passo no sentido de marcar a sua atuação na vida nacional a arrancar a Nação integralmente de um marasmo educacional e cultural em que o atual sistema de ensino a prendia.

O anteprojeto de lei proposto apresenta modificações substanciais na sistemática do ensino, com a implantação do Ensino Fundamental de 1.º e 2.º grau, unificando o atual primário e ginásio; com nova estrutura curricular e novos métodos de progressão aos alunos, e com o sentido de terminalidade para os concludentes do 2.º grau, na tentativa de formar em grande quantidade os técnicos de mão de obra intermediária, prevendo, para tanto, a formação de Professores e técnicos habilitados e sua respectiva situação funcional, em Estatuto e quadro próprio, cuja criação preconiza. Fica previsto, ainda, nova modalidade de execução para o Ensino Supletivo, mais flexível e de acordo com a realidade nacional, além de parte referente ao financiamento da Educação, cuja responsabilidade na área oficial é da União, dos Estados e dos Municípios e, na área particular, das empresas comerciais e industriais, urbanas e rurais, de tal sorte a integrar efetivamente as forças vivas da Nação na batalha da Educação.

No Paraná, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nova sistemática educacional preconizada pelo Anteprojeto de Lei enviado ao Congresso pelo Senhor Presidente da República, será excelentemente bem recebida, chemos, não só pelas autoridades educacionais, mas, principalmente, pelos seus verdadeiros executores, os Professores, visto como, há mais de 20 anos, as pessoas vinculadas à Educação vêm tendo a oportunidade de estudar a reforma, assimilá-la e conscientizar-se de sua necessidade, através de movimentos efetivados com pleno êxito, como o "E Tempo de Renovação do Ensino" e o "Simpósio do Ensino do Paraná" que mobilizaram milhares de educadores deste Estado e serviram de subsídios para a atual reforma de ensino, uma vez que deles participaram autoridades educacionais vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura e organismos internacionais de Educação.

Requeremos, outrossim, seja do presente dado conhecimento integral ao senhor Governador do Estado, Secretário de Educação e Cultura, Conselho Estadual de Educação e Fundepar, bem como à representação do Paraná no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1.971.

a) Cândido Martins de Oliveira.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 121-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Ação Social Assembléia de Deus, com sede em Barracão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.971.

(a) Ivo Tomazoni.

##### PROJETO DE LEI N.º 122-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Artigo 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar, na sede do município de Colorado, uma circunscrição de trânsito, com jurisdição nos municípios de Nossa Senhora das Graças, Itaguagé, Santa Inéz, Santo Inácio,

Paranacity, Paranapoema, Jardim Olinda, Inajá, Lupianópolis, Guaraci e Cafeára.

Artigo 2.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1.971.

(a) **Quielse Crisóstomo.**

**JUSTIFICATIVA:** — Os municípios nominados no presente Projeto de Lei, atualmente pertencem à jurisdição de Maringá, o que, face à distância, ocasiona transtornos às suas populações, quando precisam regular seus problemas de trânsito. Com a criação de uma circunscrição de trânsito em Colorado esses problemas serão superados. Por isso a apresentação deste plano de Lei, que esperamos ver aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 123-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### **D e c r e t a :**

Artigo 1.o — Fica autorizado o Poder Executivo a criar, na sede do município de Astorga, uma circunscrição de trânsito, com jurisdição nos municípios de Santa Fé, Iguaraçu, Flórida, Lobato, Munhoz de Mello e Sabáudia.

Artigo 2.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1.971.

(a) **Quielse Crisóstomo.**

**JUSTIFICATIVA:** — Os municípios nominados no presente Projeto de Lei, atualmente pertencem à jurisdição de Maringá, o que, face à distância, ocasiona transtornos às suas populações quando precisam regular seus problemas de trânsito. Com a criação de uma circunscrição de trânsito em Astorga, esses problemas serão superados. Por isso a apresentação deste plano de Lei, que esperamos ver aprovado.

#### **OFÍCIO:**

Curitiba, 14 de maio de 1.971.

Senhor Presidente:

A Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico e Social tem a honra de encaminhar às suas mãos, anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a criar o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, órgão que se destina à pesquisa aplicada no campo da economia, da administração e da tecnologia básica e social.

A referida autarquia estarão afetos todos os trabalhos e estudos de pesquisa no Estado, fato que implicará em futuro próximo, após sua instalação e funcionamento, na incorporação e orientação de diversos órgãos que se dedicavam a esta área específica, bem como os Departamento de Estatística, Geografia, Terras e Colonização, Geologia e outros ligados à informática e ao planejamento global e setorial do Estado.

Uma das premissas para tal fim, facilmente detectável em face da realidade paranaense e justificada pela experiência dos povos industrializados, é a de que o desenvolvimento repousa sobre um tripé firmemente articulado. Compõem essa tríade:

— a racionalidade econômica, traduzida no planejamento econômico-social;

— a racionalidade administrativa, conseguida com o permanente esforço modernizante do aparelho estatal e das organizações particulares;

— o avanço tecnológico, conseqüente a um trabalho sistematizado, ajustado às disponibilidades existentes e visando a desenvolvê-las, por meio do qual se chegue à correta apropriação das potencialidades do "habitat" e ao encontro de eficientes instrumentos para seu desenvolvimento.

Essas alavancas e a convicção do seu sentido e significado constituiram

o elemento motivador da criação do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná. Seus objetivos básicos são:

- a) planejamento do desenvolvimento estadual, envolvendo estudo, pesquisa e programação econômico-social, inclusive estudo de oportunidade de investimento;
- b) estudo, pesquisa, divulgação e aplicação de métodos e técnicas de organização racional do trabalho e processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos;
- c) execução futura de serviços de geografia e estatística;
- d) execução de projetos de pesquisa e prestação de serviços no campo da tecnologia básica e social;
- e) ensino, por meio de recursos afins com as atividades contidas nos itens anteriores.

Como Vossa Excelência poderá perfeitamente observar, a criação deste Instituto representa um grande esforço e uma importante contribuição para o conhecimento de nosso quadro econômico e para uma avaliação exata do que está sendo feito e do que se pode fazer, em todos os setores, para apressar e consolidar o nosso desenvolvimento.

É uma tomada de pulso de nosso Estado, sonda lançada nas diferentes áreas para captar os dados e as informações indispensáveis, para coordenar os planos que irão ou já estão se transformando em obras.

O Paraná caminha firmemente para grandes amanhãs. Os frutos do planejamento racional e da eficiência administrativa começam a ser colhidos, tanto no campo governamental, quanto no da iniciativa privada. Conhecer os recursos, as possibilidades e os mecanismos profundos desse progresso, assim como as suas disparidades e do que poderá ser feito, em uma estratégia para dar maior desenvolvimento a esta unidade federativa, é o nosso objetivo.

Promover tal conhecimento é a intenção deste anteprojeto. Nós o consideramos um serviço à causa paranista. A tarefa pode parecer insólita, mas é verdadeira e necessária.

Com os protestos de elevada estima e distinguida consideração, somos  
Atenciosamente.

Nivaldo Krüger

Presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná.

#### Projeto de Lei n. 124-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º — De acordo com o que prevê o Parágrafo Único do Art. 121 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a criar o Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (IDESPA) duração indeterminada, sede e foro na Capital do Estado do Paraná.

#### Finalidades

Art. 2º — O IDESPA, que funcionará sob o regime de Autarquia, com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, financeira e contábil, terá por finalidade articular e orientar, em nível de assessoria, os vários setores da administração Estadual, no sentido do desenvolvimento econômico e social do Estado, assim como a subministrar ao Chefe do Poder Executivo os estudos técnicos necessários à formação das decisões fundamentais do Governo, no tocante ao assunto. Compete-lhe especialmente:

- a) — Sugerir diretrizes para a política do desenvolvimento econômico e social do Paraná, as quais, uma vez aprovadas pelo Governador do Estado, orientarão a elaboração dos planos e programas de governo, a formulação e execução do orçamento do Estado, a concessão de pareceres sobre a concessão de financiamentos para entidades estaduais no sentido de obterem assistência financeira e técnica do Governo Federal e de organismos nacio-



nais ou internacionais, para planos, programas e projetos, públicos ou privados, do interesse da economia paranaense;

b) — manifestar-se sobre planos e programas do governo e sua atualização;

c) — estudar a proposta orçamentária, elaborado pelo órgão competente e propor as retificações e complementações necessárias para ajustá-las às diretrizes da política de desenvolvimento, aos planos e programas do governo e às contingências de ordem conjuntural ou administrativa;

d) — coordenar as providências das diferentes Secretarias de Estado ou de entidades e órgãos autônomos, quando necessário à formulação ou execução de programas ou projetos para cujo cumprimento devam concorrer;

e) — manifestar-se sobre a concessão à conta dos recursos financeiros do IDESPA, de financiamentos destinados a assegurar a continuidade ou atender a oportunidade de executar investimentos e programas básicos, a cargo de órgãos ou entidades do Estado, da União de economia mista, desde que convencionada a restituição mediante a utilização de créditos orçamentários ou adicionais já abertos;

f) — manifestar-se sobre a concessão de recursos financeiros, sem resgate, a órgãos da administração estadual, a fim de ocorrer, oportunamente, a providências de interesse do desenvolvimento econômico-social, para as quais inexistam, ou sejam insuficientes, os recursos próprios;

g) — manifestar-se sobre a elaboração, a fundo perdido, de estudos e projetos para sociedades paranaenses de economia mista, quando a entidade não disponha de recursos e os interesses da economia estadual justifiquem a providência;

h) — manifestar-se sobre a concessão de incentivos oficiais a empresas privadas ou mistas;

i) — indicar os setores essenciais do desenvolvimento econômico-social, para efeito de orientação das entidades estaduais de crédito, na concessão de financiamentos para investimentos;

j) — manifestar-se sobre projetos de criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos públicos ou entidades de economia mista, tendo em vista a adequação da máquina administrativa aos objetivos do desenvolvimento econômico-social e o aumento da produtividade dos serviços públicos.

Parágrafo Único — Serão objeto de decreto as decisões do Governador sobre as matérias das alíneas “e”, “f” e “g” deste artigo.

Art. 3.º — O IDESPA compreende:

a) — o Conselho de Desenvolvimento;

b) — a Secretaria Geral;

c) — a Comissão de Controle.

Art. 4.º — O Conselho de Desenvolvimento compõe-se dos Secretários de Estado da Fazenda, Agricultura, Saúde, Educação, Trabalho, do Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., do Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná S.A., do Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná, do Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, do Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, do Presidente da Associação Comercial do Paraná, do Presidente da Café do Paraná, do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, do Superintendente da ACARPA, e do Secretário Geral do IDESPA.

§ 1.º — Dentre os membros acima, designará o Governador do Estado o Presidente do Conselho, não podendo entretanto a escolha recair no Secretário Geral do IDESPA;

§ 2.º — Terão suplentes, indicados pelos respectivos titulares, os membros do Conselho.

Art. 5.º — Compete ao Conselho do Desenvolvimento:

a) — Deliberar sobre as diretrizes para a política do desenvolvimento

econômico-social do Estado, a serem sugeridas ao Chefe do Executivo (Art. 2.º, "a");

b) — aprovar programas de trabalho e orçamentos anuais do órgão, propostos pela Secretaria Geral;

c) — apreciar balancetes mensais, balanços e relatórios anuais do Secretário Geral, bem como a instrução de prestações de contas a serem remetidas ao Tribunal competente;

d) — aprovar critérios gerais de remuneração de pessoal e as alterações; opinar sobre a contratação de pessoal e as despesas com serviços eventuais de técnicos ou especialistas;

e) — aprovar previamente os contratos e convênios de pesquisas individuais, institucionais ou multi-institucionais com entidades vinculadas à economia do Estado e municípios;

f) — estabelecer critérios de prioridade no patrocínio de estudos econômicos, atendendo aos elevados interesses do desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do Paraná;

g) — estimular a formação de Fundações com o mesmo objetivo, nos municípios;

h) — aprovar o intercâmbio de técnicos nacionais e estrangeiros com vistas ao objetivo do órgão;

i) — decidir sobre a alienação, cessão, arrendamento ou constituição de encargos sobre bens patrimoniais do órgão;

j) — opinar sobre anteprojetos de lei, da iniciativa do Executivo, pertinentes ao IDESPA, ou que versem sobre matéria da competência deste;

k) — manifestar-se sobre os assuntos para os quais a Secretaria Geral solicite seu pronunciamento;

l) — exercer as outras atribuições adiante mencionadas nesta Lei.

Parágrafo único — As decisões ou pronunciamentos do Conselho de Desenvolvimento sobre orçamento anuais do órgão, programa de trabalho anuais, relatório e prestação de contas anual, critério de remuneração do pessoal, número de servidores da Autarquia, despesas eventuais com técnicos ou especialistas, bem assim as decisões sobre alienação, cessão, arrendamento ou a constituição de encargos sobre bens patrimoniais de órgãos, deverão ser submetidas ao Governador do Estado, para homologação, observado, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 2.º.

Art. 6.º — O Conselho do Desenvolvimento reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e os seus membros perceberão, por sessão a que comparecerem, o "jeton" que fôr fixado por ato do Governador do Estado, para cada exercício financeiro, não podendo as sessões remuneradas, todavia, ultrapassarem a quatro por mês.

Art. 7.º — Inexistindo "quorum" em duas reuniões consecutivas, o Presidente decidirá, com os membros presentes, sobre a matéria em pauta na segunda reunião, encaminhando as resoluções ao Governador.

## CAPÍTULO II

### Da Secretaria Geral e da Comissão de Contrôlo

Art. 8.º — A Secretaria Geral, que funciona sob a direção e responsabilidade do Secretário Geral do IDESPA, é a unidade básica de assessoria técnica e compreende:

a) o Gabinete do Secretário Geral;

b) os setores técnicos, conforme definidos em ato regulamentar;

c) o setor de serviços administrativos.

Art. 9.º — Incumbe à Secretaria Geral:

a) realizar análises setoriais, regionais e globais da economia paranaense;

b) realizar os estudos e preparar a documentação necessários a habilitar o Conselho do Desenvolvimento a pronunciar-se sobre as matérias da sua competência;

c) elaborar planos e programas de Governo, diretamente ou mediante convênios ou contratos, quando e como determine o Governador, e sobre eles emitir parecer, se oriundos de outros órgãos da administração Estadual, respeitada a competência estabelecida no art. 5.º, letra "a";

d) promover a elaboração de estudos e projetos que concorram para o desenvolvimento da economia paranaense, a serem executadas pelo setor público ou privado, ou por sociedades de economia mista;

e) promover o aumento da produção e da produtividade das empresas, especialmente das médias e pequenas, divulgando oportunidade de empreendimentos e documentando a conveniência da realização de análises de organização, métodos, aparelhamento, pessoal, administração e mercados;

f) recomendar a concessão de incentivos oficiais a empresas privadas ou mistas;

g) elaborar ou contratar com terceiros a elaboração de estudos e projetos de interesse em empresas privadas, convencionando o ressarcimento dos custos pelo interessado, diretamente ou por intermédio de agências financeiras que operem no Estado.

h) elaborar, sem qualquer remuneração, estudos e projetos de interesse de pequenas empresas, visando aumentar-lhes a produção ou a produtividade, em benefício da economia paranaense;

i) prestar assistência técnica a qualquer órgão da Administração Estadual, no estudo e execução de providências para solucionar dificuldades administrativas;

j) prestar assistência técnica aos Municípios, nos termos da Constituição Estadual;

k) indicar as providências cabíveis, relativamente a proposições que interessem à economia estadual ou visem à mobilização de recursos financeiros para aplicação no Estado;

m) cooperar nos estudos e providências relativos à formação da mão-de-obra, tendo em vista as exigências do desenvolvimento econômico e social;

n) prestar colaboração de caráter técnico aos órgãos públicos responsáveis pela assistência e orientação ao cooperativismo no Estado;

o) assessorar a Assembléia Legislativa, quando solicitado;

p) sugerir ao Governador do Estado, em caso de urgência ou oportunidade, as medidas a que se referem as alíneas "e", "f" e "g" do artigo 2.º;

q) apresentar ao Governador as informações, estudos, projetos e demais elementos técnicos a que se refere a alínea "b" deste artigo;

r) desincumbir-se das atividades administrativas necessárias ao exercício das atribuições do IDESPA.

Parágrafo único. — Dependerá de prévia manifestação do Conselho do Desenvolvimento e de autorização do Governador, concedida em breve exposição justificativa da Secretaria Geral, a execução dos programas de estudos e projetos nos casos previstos nas alíneas "d", "g" e "h" deste artigo.

Art. 10.º — O Secretário Geral, diretamente subordinado ao Governador do Estado, que o nomeará dentre técnicos de ilibada reputação e notória competência profissional, terá vencimentos, representação, vantagens e honra de Secretário de Estado. Compete-lhe:

a) dirigir, coordenar, e controlar os trabalhos da Secretaria Geral, aprovar regimentos e baixar instruções sobre a organização e o funcionamento desta;

b) requisitar servidores, contratar e demitir pessoal regido pela lei trabalhista, aplicar o regime disciplinar; autorizar pedidos de consulta a especialistas, ou a prestação eventual de seus serviços profissionais ao órgão, quando julgar necessário;

c) elaborar os programas anuais e os orçamentos do IDESPA, submetendo-os ao Conselho do Desenvolvimento;

d) movimentar, com o Tesoureiro, o Fundo do Desenvolvimento Econômico-Social e demais recursos atribuídos ao IDESPA e prestar contas de

sua aplicação ao Tribunal de Contas do Estado, observadas as normas contábeis adiante fixadas e as normas gerais de direito financeiro federal;

c) propor desapropriações ao Governador do Estado, ouvido o Conselho do Desenvolvimento;

f) representar o IDESPA em suas relações externas, inclusive judiciais, e despachar com o Governador do Estado.

g) celebrar convênios, contratos e quaisquer convenções com entidades de direito público e privado;

h) autorizar a publicação da revista técnica do órgão, assim como a de textos ou obras capazes de interessar aos fins do IDESPA;

i) delegar a subordinados, em ato escrito, atribuições de rotina;

j) designar seus substituto, para caso de impedimento ou ausência;

l) exercer os demais encargos e direitos relativos à competência da Secretaria Geral e aos fins do Instituto.

Parágrafo único — Não se compreendem nas atribuições e privilégios do Secretário Geral:

a) referendar os atos assinados pelo Governador;

b) comparecer ou solicitar audiência à Assembléia Legislativa, com responsabilidade política;

c) ser processado e julgado pelo Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, ou, nos conexos com os do Governador, pelos órgãos competentes para o processo e julgamento deste.

Art. 11 — A Constituição do Contrôlo será integrada de três membros nomeados pelo Chefe do Executivo, devendo um deles presidir a Comissão.

Art. 12 — A Comissão de Contrôlo tem a atribuição de exercer completa fiscalização sobre a administração financeira e contábil da Autarquia, examinando com liberdade a escrituração e documentação.

§ 1.º — Incumbe à Comissão, especialmente, opinar sobre os balancetes mensais, relatórios, prestações de contas e balanços anuais, que a Secretaria Geral apresentará ao Conselho do Desenvolvimento, bem como responder prontamente a consultas formuladas pelo Conselho.

§ 2.º — As irregularidades verificadas pela Comissão, serão objeto de comunicação escrita ao Secretário Geral, o qual deverá, em dez dias úteis, cientificá-la das providências pertinentes já tomadas.

§ 3.º — Se pela irregularidade for responsável o Secretário Geral, a Comissão de Contrôlo dará ciência do fato diretamente ao Presidente do Conselho do Desenvolvimento.

Art. 13.º — A remuneração dos membros da Comissão de Contrôlo será estabelecida, por proposta do Conselho do Desenvolvimento, em decreto do Poder Executivo.

### CAPÍTULO III

#### Dos recursos financeiros

Art. 14 — Os programas, atividades e encargos do IDESPA serão atendidos com os seguintes recursos:

a) transferências feitas ao órgão pelo Governo do Estado através dos Orçamentos Anuais ou de créditos extraordinários;

b) receitas oriundas dos serviços prestados pelo IDESPA e dos atos em contratos jurídicos que, implicando renda ou aquisição de propriedade houver firmado;

c) produtos de operações de crédito e de dotações extraordinárias do Estado, de dotações da União e dotações feitas por outras entidades;

d) juros de contas bancárias e rendimentos de títulos patrimoniais;

e) saldos apurados nos balanços anuais da autarquia, os quais não serão recolhidos ao Tesouro Público, continuando em poder do IDESPA, embora sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado;

f) receita proveniente de taxa cobrada sobre o registro de fornecedores do Estado junto ao Departamento Estadual de Compras;

Parágrafo único. — Os recursos financeiros serão depositados em nome do IDESPA no Banco do Estado do Paraná S/A. e serão movimentados pelo Secretário Geral, em conjunto com o Tesoureiro do órgão, podendo, mediante prévia autorização do Governador do Estado, ser depositados em outro estabelecimento de crédito.

Art. 15 — Os recursos a que se refere a alínea “a” do artigo anterior serão transferidos ao IDESPA segundo as normas que regem a matéria.

Art. 16 — Os saldos apurados em balanço num exercício não se incorporarão ao orçamento do Estado, mas transferir-se-ão para o exercício subsequente, a crédito do próprio IDESPA, nos termos da alínea “e” do artigo 14.

Art. 17 — Também não se incorporarão ao Orçamento do Estado os demais recursos discriminados nas letras “b”, “c” e “d” do art. 14, os quais figurarão como receita apenas no orçamento analítico do Instituto.

## CAPÍTULO IV Do Regime Contábil e Financeiro

### SEÇÃO I Do Orçamento

Art. 19 — O regime financeiro e contábil do IDESPA obedecerá ao princípio de máxima flexibilidade de ação, à qual corresponderá um completo controle de aplicação dos recursos.

Art. 20 — O orçamento analítico do IDESPA será organizado pela Secretaria Geral, aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento e submetido à homologação por decreto do Executivo até o dia 20 de janeiro. Aprovado o orçamento, só por via de novo decreto poderá alterar-se.

Art. 21 — Sempre que possível, o orçamento analítico conseguirá fundos de reserva que só em casos especiais, como o de calamidade pública, poderão ser aplicados, com permissão expressa do Governador do Estado.

Art. 22 — Publicado o decreto de aprovação ou de alteração do orçamento analítico, a Secretaria Geral envia-lo-á ao Tribunal de Contas, para registro de crédito, após o que a despesa poderá realizar-se, observadas as discriminações orçamentárias.

Art. 23 — Enquanto não forem registrados os créditos do novo orçamento, o pagamento do pessoal realizar-se-á, a título provisório, segundo os níveis do último orçamento em execução.

Art. 24 — Toda a despesa do IDESPA observará três etapas:

- a) — o empenho;
- b) — A liquidação;
- c) — o pagamento.

### SEÇÃO II Do empenho

Art. 25 — Nenhuma despesa poderá realizar-se sem que, no crédito respectivo do orçamento analítico, se tenha feito previamente a dedução para o pagamento, por meio de empenho.

Parágrafo único — São competentes para ordenar o empenho de despesas o Secretário Geral, seus substitutos e aqueles a quem delegar poderes escritos.

Art. 26 — O empenho não excederá os créditos aprovados no decreto do Executivo e, em caso algum, as forças do Fundo, mas poderá:

- a) — ser feito por período que exceda o exercício financeiro, desde que obrigações convencionais ou encargos legais o exijam;

b) — fazer-se, por estimativa quando inacessível determinar o montante exato das despesas;

c) — fazer-se globalmente, ainda que os pagamentos sejam parcelados.

Art. 27 — Os empenhos ou saldos de empenhos não liquidados os pagos, até o fim do exercício, serão escriturados como despesa efetiva e levados à dívida flutuante do IDESPA com o título de Restos a pagar.

Parágrafo único — Encerrado o exercício, nenhuma despesa poderá empenhar-se por conta dos créditos orçamentários, cuja vigência expira com o ano financeiro.

Art. 28 — Dispensam a emissão de Nota de Empenho as despesas a saber, que se consideram empenhadas desde logo:

a) — vencimentos, salários, honorários, horas extras, gratificações, indenizações e outros itens trabalhistas e de remuneração legal do trabalho;

b) — parcelas de uma despesa convencional já empenhada globalmente por estimativa, exceto se o montante efetivo a pagar fôr maior que a estimativa, quando se procederá ao empenho do excedente;

c) — valor das condenações judiciais;

d) — outras, cuja autorização legal ou judicial corresponda, por seu caráter imperativo, ao próprio ato do empenho.

### SEÇÃO III

#### Da liquidação

Art. 29 — A verificação da liquidez e certeza dos direitos dos credores obedecerá a um processo que acautele a fundação contra equívocos, fraudes e irregularidades.

### SEÇÃO IV

#### Do pagamento

Art. 30 — Efetua-se a despesa, devidamente liquidada, por meio de autorização de pagamento do Secretário Geral, seus substitutos ou pessoa a quem delegue por escrito tal atribuição.

Art. 31 — Importam em delegação de competência para expedir autorização de pagamento os adiantamentos de quantias a servidores do órgão, a fim de ocorrer a despesas extraordinárias, urgentes e imprescindíveis; ou a serem realizadas em lugar distante ou fora do Estado; ou de pequeno porte e pronto pagamento.

Parágrafo único — As prestações de contas dos responsáveis por adiantamentos serão submetidos à Comissão de Contrôlo.

Art. 32 — As despesas miúdas e de pronto pagamento relativas a um mês, cuja comprovação fôr muito difícil, provar-se-ão, até o montante de um salário mínimo mensal da região, com uma relação de gastos assinada pelo servidor que a efetuou, devidamente confirmada pelo Chefe da Divisão Administrativa e visada pelo Secretário Geral.

Art. 33 — As execuções judiciais contra a IDESPA na conformidade da Constituição Federal, observarão a ordem de apresentação dos precatórios ao Tribunal de Justiça, ou se for o caso, ao Tribunal Regional do Trabalho. Anualmente o IDESPA cientificará os referidos Tribunais dos créditos à disposição da Justiça Comum e do Trabalhista, no orçamento analítico.

### SEÇÃO V

#### Das concorrências

Art. 34 — A contratação de serviços ou obras pelo regime de empreitada, bem como a aquisição de materiais, equipamentos e animais destinados ao IDESPA observará o disposto na lei estadual, sem prejuízo da competência do Conselho do Desenvolvimento.

## SEÇÃO VI

### Dos contratos e convênios

Art. 35 — Chamar-se-á contrato, nesta Lei, ao ajuste entre o IDESPA e as entidades de direito privado; convênio, ao que o órgão celebrar com as entidades de direito público e as sociedades de economia mista.

Art. 36 — Constituem cláusulas obrigatórias e essenciais, em qualquer contrato ou convênio do IDESPA:

a) — a referente ao objeto do ajuste, com indicação do conteúdo das prestações entre as partes;

b) — a do início e prazo de vigência;

c) — a que menciona a lei autorizadora do ajuste, indicando também a dotação do orçamento analítico, pela qual correrá a despesa, e declara que esta foi devidamente empenhada;

d) — a referente às obrigações recíprocas em caso de rescisão;

e) — a de eleição do foro do ajuste, devendo este ser o nacional brasileiro, quando o contratante for pessoa domiciliada no exterior;

f) — a que declare que o ajuste, ainda que verse sobre uma ratificação de fatos anteriores, só se considerará perfeito após o registro no Tribunal de Contas, não se responsabilizando, o IDESPA por indenização alguma, no caso de recusa do registro.

Parágrafo único — os contratos, além das cláusulas acima, disporão sobre o seguinte:

a) — a natureza e importância da garantia que o contratante apresenta, para assegurar o implemento das obrigações, podendo a garantia ser em dinheiro, em títulos da vida pública, hipoteca de bens imóveis ou outra julgada aceitável. Esta cláusula será dispensada, a juízo da Secretaria Geral:

I — quando o contratante for pessoa de notória idoneidade;

II — quando se tratar de pequenas empresas e o contrato vise aumentar-lhes a produção ou a produtividade, em benefício da economia paraense;

III — quando o contrato for de valor igual ou inferior a 100 vezes o salário mínimo mensal da região.

b) — preços dos materiais ou serviços a serem fornecidos e, se for o caso, os critérios de correção monetária, dentro dos limites legais.

Art. 37 — A caução ou garantia somente será restituída pelo IDESPA, quando este verificar que as obrigações do contratante foram cumpridas, ou em caso de rescisão legal. É competente o Secretário Geral para determinar a devolução da caução, a liberação da garantia ou o cancelamento da hipoteca, ouvido previamente o Conselho do Desenvolvimento.

Art. 38 — Os ajustes serão celebrados em presença de duas testemunhas e de um servidor do órgão que os lavrará em livro próprio, do qual extrairá tantas vias quantas necessárias — salvo quando a lei exigir escritura pública. Aprovados, se for o caso, pelo Conselho do Desenvolvimento e publicados pelo Diário Oficial, os ajustes serão encaminhados ao Tribunal de Contas, nos dez dias subsequentes, para que este julgue de sua legalidade.

## SEÇÃO VII

### Disposições Gerais

Art. 39 — É anual a prestação de contas do Secretário Geral do IDESPA ao Tribunal competente, devendo o processo dar entrada até 30 de março do ano seguinte ao vencido, podendo entretanto, a Secretaria Geral optar pela prestação de contas em prazos menores, para obtenção de quitações parciais.

## CAPÍTULO V

### Do regime do pessoal

Art. 40 — O pessoal administrativo próprio e as funções técnicas per-

manentes do IDESPA serão organizados em um quadro à parte, denominado "Quando do Pessoal do IDESPA", devendo as promoções obedecer aos critérios de merecimento e antiguidade dentro de cada categoria.

§ 1.º — Sob a proposta da Secretaria Geral, aprovada pelo Conselho e homologada por decreto do Governador do Estado, o IDESPA terá Regulamento do Pessoal próprio, baixado junto com o Quadro acima previsto e observadas as normas desta Lei.

§ 2.º — Enquanto não forem baixados o Regulamento e o Quadro, as tabelas do pessoal e respectiva remuneração serão submetidas à aprovação, por despacho, do Governador, o que também será sempre exigido para o pessoal estranho ao Quadro.

Art. 41 — Os serviços do IDESPA serão atendidos por:

a) — servidores públicos, federais, estaduais e municipais, postos à disposição ou requisitados, na forma da legislação em vigor;

b) — servidores das autarquias ou sociedades de economia mista, também requisitados ou postos à disposição;

c) — pessoal administrativo próprio, admitido segundo a legislação trabalhista e mediante prova pública de habilitação, vedado o preenchimento de funções a título precário;

d) — o pessoal técnico admitido segundo a legislação trabalhista, ou, em casos especiais, sob o regime de lotação de serviços eventuais, observada a legislação em vigor.

§ 1.º — Ao pessoal requisitado ou posto à disposição, poderá o IDESPA remunerar de acordo com os padrões vigentes, no órgão, para serviços semelhantes, desde que isso não resulte em reduzir-lhe a remuneração a que fazia jus na função de origem.

§ 2.º — Poderá o Secretário Geral (art. 5.º, "d"), se se tratar de técnicos, conforme a conveniência do estímulo salarial e as condições do mercado de trabalho da especialidade, conceder-lhes gratificações por serviços técnicos e científicos, ou suplementação financeira por trabalhos especiais.

§ 3.º — Os regimes aqui previstos, respeitada a lei federal e a competência do Governador do Estado (parágrafo único do art. 5.º) poderão ser combinados, de modo a dar à Secretaria Geral a flexibilidade necessária ao recrutamento do seu pessoal.

Art. 42 — É facultado ao IDESPA a adoção dos regimes de tempo integral e dedicação exclusiva e de vinculação empregatícia privativa, devendo suas normas gerais serem sistematizadas por decreto do Executivo, não podendo, porém, as gratificações, correspondentes àqueles regimes ser superiores a duas vezes o salário base.

Art. 43 — O pessoal requisitado, ou posto à disposição do IDESPA, ficará sujeito ao regime previdenciário a ser estudado em cada caso, podendo optar pelo seu órgão de origem, se em contrário não dispuser a lei federal.

Art. 44 — Das decisões disciplinares do Secretário Geral só cabe recurso administrativo para o Governador do Estado.

## CAPÍTULO VI

### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 45 — O IDESPA gozará de todas as isenções e imunidades conferidas por lei aos órgãos autárquicos, inclusive quanto a custas judiciais.

Art. 46 — Os órgãos públicos estaduais e sociedades de economia mista controladas pelo Estado deverão colaborar com a IDESPA e prestar-lhe todas as informações necessárias as suas atividades de coordenação, controle e planejamento.

Art. 47 — Dentro de 60 dias, o Governador nomeará o Presidente do Conselho do Desenvolvimento, que em articulação com o Secretário Geral, promoverá a instalação do colegiado no prazo de quarenta e cinco dias.



Art. 48 — Enquanto não fôr instalado o Conselho, suas atribuições serão exercidas pelo Secretário Geral.

Art. 49 — O Conselho do Desenvolvimento terá uma secretaria administrativa.

Art. 50 — O Poder Executivo baixará os decretos necessários à regulamentação da presente lei.

Art. 51 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

(aa) Nivaldo Krüger — Presidente

Ovídio Franzoni — Sebastião Rodrigues Júnior — Lázaro Dumont

— Fabiano Braga Côrtes — Xenofonte Villanueva

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente, ao sr. deputado Nivaldo Krüger, primeiro orador inscrito.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Ao usar esta Tribuna, srs. Deputados, ao dirigir-me a Vv. Exas., sinto profunda responsabilidade, porque o assunto que trago hoje para a apreciação desta Casa, é do mais alto interesse do Paraná e, portanto, reputo de grande interesse para cada um dos senhores.

Há de trazer a matéria algumas falhas, foi elaborada por uma equipe, a magnífica equipe que compõe a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social desta Casa, (CODES) equipe composta de Deputados de ambos os partidos, ambos voltados para um único sentido, o do bem estar comum!

E assim é que, como Presidente daquela Comissão, quero encaminhar, com a devida apresentação e com os comentários que julgo necessários serem feitos, o Projeto de Lei que autoriza o Governo, a criar, no Paraná, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado. Mas para que tal Instituição?

Quando cada um de nós sabe que no Estado existem vários organismos, mas que não atendem ainda à amplitude dos problemas econômico-sociais do Paraná. Vejo, srs. Deputados, e vemos nós, da Comissão de Desenvolvimento do Paraná, a necessidade de um organismo capaz de coordenar o Desenvolvimento do Estado, porque a situação do Paraná, por melhor que se diga, por mais propaganda que se faça, por mais que se use o dinheiro do povo para apresentar os dados sob uma imagem de prosperidade, por mais que falem os representantes do Paraná no Senado Federal, nada mais são do que lóas falsas em torno de uma riqueza e de uma prosperidade que na verdade não existe, é que, na realidade, não passa de conversa fiada, de lorota para iludir ingênuo.

Há pouco tempo, um Senador cantou as maravilhas da economia e das atividades sociais e políticas do Estado do Paraná, quando na verdade o quadro não é tão belo assim.

Não venho aqui para fazer o papel do advogado do diabo. Venho, isto sim, fazer mais um enfoque, que visa demonstrar alguns aspectos que todos nós conhecemos, e que talvez até cause um certo fastio àqueles que já estão habituados à situação, com a repetição destes fatos.

Mas, é necessário que se afirme e reafirme mais uma vez, tendo em vista que esta Assembléia é um órgão onde o povo está representado, e nunca perdeu-se a perspectiva da representação popular.

E assim, é que quero lembrar, mais uma vez, a situação da renda "per capita" do nosso Estado, o 7.º colocado na composição nacional, com 84 cruzeiros de renda "per capita", havendo o Estado de Santa Catarina, nosso vizinho, que não é produtor de café, com uma renda superior à do Estado do Paraná. É baixo o nível do Estado do Paraná, srs. Deputados.

Setenta por cento da população do Estado está na zona rural, e a renda "per capita" na mesma é inferior a 45%. Portanto, a um passo da miserabilidade o preço da economia do nosso Estado.

Eu sei, srs. Deputados, que talvez seja antipático falar sobre estes casos para os homens ligados ao Governo. Sei, srs. Deputados, porque isto incomoda um pouco. Mas é verdade, e é preciso que seja dita. Para que altere-se este quadro de uma vez por todas, porque se oferece ao Paraná a energia mais cara do Brasil, enquanto os outros Estados vivem às custas de capitais e dos investimentos na renda geral do Estado, propiciando desta forma um ambiente para o desenvolvimento industrial, que não há no Paraná.

O Sistema Fiscal do Paraná, srs. Deputados, é feroz; aí daquele, da empresa que, por qualquer razão, mesmo às vezes justa, não tem condições de atender às obrigações fiscais à boca do cofre! Terá, imediatamente, em dobro, a taxa fiscal. A carga tributária, nos últimos anos, elevou-se no Paraná de 14, a exemplo do Brasil, para 25%, sobre a venda do país. Então assistimos o empobrecimento de todos nós que somos vítimas e, especialmente, a empresa média e muito especialmente a pequena empresa paranaense, que está à beira da falência. E cito o exemplo do mate, uma das indústrias, atividade que já sustentou a economia paranaense, hoje em plena fase de descapitalização e de extinção, para não citar o caso da madeira, com seus ciclos de elevação e baixas ocasionando o desequilíbrio angustiante na vida econômica do Estado, principalmente das regiões do Oeste, Sul e Sudeste do Paraná. E assim, srs. Deputados, com esta política, nós temos um ambiente de desestímulo. Mas por que falar sobre estas coisas; é muito mais fácil percorrer as Secretarias e pedir as nomeações politicamente, isto é mais conveniente, dá frutos.

Entretanto, cumprimos nós a nossa obrigação, a de acenar para os homens de bom senso, que estão preocupados realmente com o engrandecimento do Estado. E creio que a maioria se encontra no rol dos que se preocupam com o futuro do Paraná.

O processo de industrialização, pasmem, senhores, é fragilíssimo; apenas 10% da riqueza do Estado é indústria, e 85% das atividades econômicas na área de indústria não pertencem ao Paraná. Sim senhores, 85% não pertencem ao Paraná. Oitenta e cinco por cento da economia paranaense na área de indústria não pertencem ao Paraná. Sim senhores, 85% não pertencem de fora, na maioria estrangeira e, em grande parte, de fora, de outros Estados. Os grandes negócios do Paraná não são paranaenses; vão carrear recursos e riquezas para os outros Estados. Enquanto isto, nós não podemos ficar aqui de braços cruzados, assistindo com inércia estes acontecimentos na vida do nosso Estado.

Os financiamentos propiciados pelo nosso Estado são, comparados com o que dá São Paulo e Santa Catarina, ridículos. Pena que não estejam aqui os Diretores do BADEP e da SUDESUL. Ridículo processo de financiamento do Paraná! As aí estão grandes firmas que se subordinaram ao processo de financiamentos propiciado pelo Governo, algumas delas em concordata, à beira da falência.

Não podemos ficar tranquilos diante deste fato. E irão dizer; Aí vem mais uma cena de pessimismo partida de um homem da oposição. Mas não é um oposicionista que está falando; é um paranaense enquadrado num Partido Político, que está profundamente vinculado com as coisas do Estado. Não estamos preocupados com questões de menor importância do Governo. Estamos, isto sim, querendo não deixar escapar do Paraná o que é nosso, o suor do paranaense, o sacrifício do povo, cujo esforço está se desvirtuando violentamente em nosso Estado.

As finanças, as riquezas do Estado do Paraná provêm 45% de serviços, 45% da agricultura e 10% da indústria. É um quadro negativo para o Paraná. É a evasão da poupança, srs. Deputados. A poupança paranaense não

fica no Estado. Estamos perdendo recursos substanciais, estamos perdendo a melhor seiva de nosso esforço.

Denuncio isto desta Tribuna, com tôdas a serenidade e com a maior responsabilidade, para ver se alertamos os que têm responsabilidade neste campo. Os terminais das bombas de sucção de outros Estados estão montadas no Paraná. E porque não se organiza no Paraná processo de fixação das riquezas, que atualmente promovem o desenvolvimento em outros Estados? Porque não faz isto?

Refletindo sobre estas coisas encaminho um Projeto de Lei de alta profundidade, produto de reflexão de um grupo de Deputados desta Casa.

Os títulos, os Furdos e a SUDENE, saibam srs. Deputados, saiba o Paraná que, de 62 a 70, portanto em oito anos, o Paraná perdeu todos os recursos da SUDENE. Não utilizou sequer um centavo dos seus recursos destinados à SUDENE. Nenhum centavo. E onde estão os homens públicos, os homens de visão do Estado? E pergunto, o que o Paraná vai fazer amanhã, quando começar o julgamento implacável da história sobre nós?

De 62 a 70, enquanto Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Guanabara organizaram seus grupos financeiros para trazer os recursos destinados à SUDENE, 50% do imposto de renda, nós, do Paraná, perdemos isto por falta de coordenação, por falta de visão dos problemas mais profundos e mais graves de nosso Estado.

Certamente os políticos paranaenses ficavam discutindo os comandos, se estes atingiam este ou aquele município, e esqueceram-se desta realidade.

Em 70 acordou o Paraná para este fato. E aí, srs. Deputados, em 70, e no primeiro trimestre de 71, tínhamos em disponibilidade, na SUDENE e SUDAM, 34 milhões de cruzeiros. E sabem quanto o Paraná aproveitou e usou, disto que pertence ao esforço dos paranaenses? Apenas dois Projetos.

Para mim, sr. Presidente, srs. Deputados, este é um escândalo que não posso aceitar de forma alguma. A SUDENE, um órgão que coordena os recursos de todo o Brasil, permite que grupos empresariais empreguem recursos em outras regiões, em detrimento do Paraná; havendo apenas um Projeto paranaense, um projetinho aprovado e em fase de conclusão, de cinco milhões de cruzeiros.

E o economista João Pinheiro Neto publica, em letras garrafais, que está nas mãos de grupos de fora as nossas economias, cerca de 87%.

Vamos alertar aos órgãos do Governo, às lideranças empresariais, através do processo de levantamento de recursos e de meios para que as nossas poupanças fiquem fixadas nas mãos dos paranaenses e aqui se multipliquem, de forma a dar condições de trabalho na própria terra, à gente paranaense.

E é porisso que concebemos, os Deputados da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Paraná, estudando esta questão, e são eles os deputados Ovidio Franzoni, Lázaro Dumont, Xenofonte Villanueva, Sebastião Rodrigues, e outros que, no momento não me ocorre os nomes, pois que somos sete membros, nem todos assinaram, mas o Projeto é da Comissão, e visa criar o Instituto a que me referi, e levantar todos os fatores da vida econômica de nosso Estado.

Dentro desse esquema, vemos que descuidou-se da preparação do homem, da preparação da mão de obra, da preparação da gente capaz de conceber e realizar projetos que visem tôdas as atividades, inclusive a agropastoril, em tôdas as regiões do Estado.

Assim, srs. Deputados, estamos à beira do desgaste de nossas economias. É urgente que estudemos um modo de impedir a evasão de nossos recursos.

Estamos, ao contrário do que disse um Senador no Congresso Nacional: "começou a emigração no Paraná, os paranaenses já estão indo para Mato Grosso e para o Paraguai; até políticos estão investindo no Paraguai, o que é mais grave. E pasmem os srs. Deputados, os paranaenses já estão indo para Santa Catarina, porque Santa Catarina foi precavida, criou o Fun-

do de Desenvolvimento, que funciona há mais de 30 anos, com recursos do ICM para investimentos, nas mesmas modalidades da SUDENE, e já se propondo projeto para utilização dos recursos do ICM no Oeste e no Norte catarinense, às margens do Rio Iguaçu.

Já é tempo, srs. Deputados, de nós nos alertarmos para essa realidade. Assim, nós denunciemos aqui agora, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento no Paraná. As coisas em nosso Estado estão andando desconexamente. O Estado é eminentemente arrecadador e paternalista. Não é coordenador. O processo fiscal não tem um sentido estimulante.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero juntar às palavras de V. Exa., a minha observação, como representante do Sudoeste do Paraná. Na verdade, o nosso Estado até agora desenvolveu-se desordenadamente, e foram as maravilhosas condições naturais e espontâneas que lhe propiciaram esse desenvolvimento. Entretanto, urge, sob pena de cercearmos completamente o nosso crescimento, uma planificação e uma ordenação.

V. Exa. abordou um tema que eu senti, dia a dia, no Sudoeste do Paraná, durante os anos que lá vivi. Inclusive, utilizei o tema na minha campanha política, ou seja, esse problema de emigração que se faz sentir no Paraná.

De fato, do Sudoeste saem, hoje, diariamente, em direção a Mato Grosso, um número imenso de agricultores, que lá buscam novas fontes de trabalho. Da mesma forma para o Paraguai, como V. Exa. acentuou. Mas, não é só a falta de ordenação no Paraná que determina esse procedimento. Compreensão para com a agricultura; pode progredir, pode desenvolver-se a agricultura, quando assistimos o Estado fornecer a eles sementes selecionadas, para o plantio, ao preço que está oferecendo? O que nós vemos e sentimos é que o Estado pretende fazer comércio com as sementes selecionadas. Vende a saca de sementes a 45 o quilo, para que depois o colono, plantando e vendendo, vá colocá-la no mercado a 6 cruzeiros a saca.

Como falar na fixação de desenvolvimento da agricultura, e assistimos de ano para ano, que o IBRA duplique, triplique o imposto e nada dê em troca do que arrecada?

O que assistimos, determinando essa emigração, são fatores como esse, do alto custo da semente selecionada. Do desamparo creditício, e não pense V. Exa. que se doravante o desenvolvimento, que se procure meios de fixar o homem no Paraná.

Está V. Exa. de parabéns, pela felicidade com que aborda esse assunto.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte. As palavras de V. Exa. vêm testemunhar aquilo que havíamos reafirmado aqui, há poucos instantes.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo pela profundidade do seu pronunciamento, digno dos maiores louvores. Realmente, o Paraná se desenvolveu, progrediu, graças sobretudo à riqueza do seu solo. Se dependesse dos homens responsáveis, da coordenação desses homens, como bem disse V. Exa., se dependesse unicamente disso, talvez não tivéssemos alcançado nem mesmo o estágio que alcançamos.

No entanto, o Paraná não pode desperdiçar seus recursos; não pode dar de presente a outros Estados da Federação a sua produção; o Paraná precisa coordenar os homens que representam este Estado. Precisamos coordenar principalmente agora, que nossa terra já não atrai tanto, que nossa terra não é mais o que era há alguns anos atrás, pois hoje exige cuidados especiais daqueles que vivem do amanhã da terra.

Neste instante, devem os homens coordenar-se para que o nosso Estado não passe a sofrer um esvaziamento econômico prejudicial, lamentável sob todos os aspectos; para que não passe a acontecer, em ritmo inda mais acentuado, a migração a que V. Exa. se referiu. Realmente, isto está acon-

tecendo. Sabemos perfeitamente que lavradores e agricultores do Paraná têm se dirigido para um país vizinho, o Paraguai, onde o Governo procura oferecer maiores incentivos. Sorte nossa, talvez, seja o fato de o Paraguai não possuir terra que possuímos, caso contrário este problema da emigração, teria se acentuado, e hoje o Paraná já estaria sofrendo consequências maiores.

Está V. Exa. de parabéns. Ainda não tomamos conhecimento do Projeto, de sua íntegra, mas sabemos de seu alcance, de seus objetivos, e das consequências altamente favoráveis que poderá trazer a este Estado, se realmente aceito pelo Governo e devidamente aplicado em todos os seus itens. Parabéns.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado, deputado Alvaro Dias, pelo aparte inteligente que V. Exa. me dirigiu.

Quero fazer, nesta oportunidade, uma apreciação que me parece justa. Faço, realmente uma análise, uma crítica de profundidade, mas devo reconhecer que muito foi feito no Paraná, muito mesmo.

Entretanto, não podemos aceitar que as coisas andem atabalhoadamente, não podemos continuar nesta imprevisão do momento quando vemos, por exemplo, no município de Campinas, a criação de um organismo de planejamento amplo, não só para seu Município, como para a região geo-econômica representada pela área de mais de 30 Municípios que se encontram no Estado de São Paulo; não podemos ficar parados quando vemos São Paulo com uma estratégia de desenvolvimento muito sábia, fazendo com que todos os recursos do Brasil se fixem em sua área.

É exatamente isto que nós, através deste Projeto, queremos oferecer ao Paraná; uma forma, um instrumento para que o Governo possa coordenar uma fórmula de desenvolvimento, porque no Paraná ainda se nomeia Juiz de Direito de favor do sr. Governador do Estado, sem obedecer o índice de competência e de colocação, e nós assistimos isso com um quadro deprimente no nosso Estado.

Aquêles que se colocam em primeiro lugar e não dispõem de padrinho forte, passam para o último lugar, e os menos competentes, mas que dispõem de bons padrinhos, passam para o primeiro lugar. E isso não pode continuar.

E se o quadro não for mudado, pelo menos, srs. Deputados, que fique registrada a posição tomada por uma bancada composta de Deputados que entendem que a coisa deve ser feita por mérito, sem que hajam apadrinhamentos.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, com permissão do nobre orador, anuncia a presença no Plenário do dr. Marcos Prado, digníssimo Diretor do DETRAN nesta Capital.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Eu me associo à Presidência, acho que a Presidência agiu corretamente, dando destaque à presença do sr. Diretor do DETRAN, que aqui se encontra. Tem o aparte o nobre deputado Paulo Poli.

O sr. Paulo Poli — Nobre Deputado, quero neste instante me solidarizar com V. Exa., que faz um brilhante pronunciamento sobre a valorização ou a proteção, o amparo do nosso homem do interior e de nosso agricultor. Quero dizer a V. Exa. que estou de pleno acôrdo com o pronunciamento que acaba de fazer da Tribuna, porque, realmente, eu entendo que todos os paranaenses responsáveis, os homens que ocupam cargo ou função de responsabilidade ou de projeção em nosso Estado, têm por obrigação voltar as suas vistas para este problema de real importância para o nosso Estado, principalmente na parte que faz divisa com o Estado de S. Paulo, onde o terreno é arenoso; e, ainda hoje, se explora a condição do trabalhador braçal através de mão-de-obra mal remunerada, deixando aquêles

homens completamente desamparados, não tendo outra alternativa a não ser evadir-se do nosso Estado.

V. Exa. está de parabéns, nobre Deputado, e eu, neste instante, quero, em nome da liderança da ARENA, cumprimentar V. Exa. por esta preocupação, solidarizando-me com o nobre Deputado.

No entanto, quando eu pedi o aparte a V. Exa., quando V. Exa. se referia à Magistratura que, no início da carreira, têm que pedir a sua designação para compôr a lista triplíce, eu tenho a impressão, não tenho certeza, mas pelo menos em alguns Estados, o critério da lista triplíce é previsto na forma da Constituição, e esta escolha, geralmente, tem sido feita ao bel prazer do Chefe do Executivo, não olhando às vezes a colocação nas provas. Nobre Deputado, o defeito existiu sempre, o erro se reproduz também na área do Governo Federal, não sei se devo advertir ou não V. Exa. no que se refere à segunda parte do seu discurso. Mas quanto à primeira parte do seu pronunciamento, acho que V. Exa. está sendo muito feliz, este problema deve realmente ocupar a todos os parlamentares. Era o aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER. — Muito obrigado, ilustre Deputado. Agradeço a V. Exa. ainda mais quando V. Exa. fala em nome da liderança do Governo, o que é uma boa premissa, o que é uma boa perspectiva, e diz que os instrumentos devam ser ideais e necessários para que o Governo idealize a obra administrativa que tem em mente.

E assim, sr. Presidente, encaminho a V. Exa., em nome da nossa Comissão, Especial de Desenvolvimento Econômico e social, composta pelos seguintes srs. deputados:

Odilon Reinhardt, Lázaro Dumont, Fabiano Braga, Côrtes, Xenofonte Villanueva, Ovidio Franzoni, Sebastião Rodrigues e Nivaldo Krüger.

Hão de me perguntar se este projeto é inédito. Não, senhores. Não é. Projeto idêntico adotou o Estado do Paraná; e, através dele, objetivou o seu desenvolvimento. Santa Catarina, já em janeiro; Municípios, como o de Campinas, e alguns outros grupos de municípios, nos Estados do Brasil.

Assim, sr. Presidente, nos desincumbimos desta missão, lembrando o pensamento de Gunnar Myrdal, contido no texto deste Projeto, numa das afirmações lapidares do grande sociólogo e economista francês: "O futuro não é uma fatalidade cega. Pelo contrário está entregue à nossa responsabilidade. Temos o poder de analisar os fatos e aplicar racionalmente as consequências práticas de nossos ideais."

Para encerrar, lembrando o drama dos povos subdesenvolvidos, e no contexto de nosso subdesenvolvimento está o Brasil, está o Paraná; repetimos a magistral lição, dada pelo Padre Debret, de que o maior mal do mundo não é a pobreza dos necessitados, — e aí refere-se ao terceiro mundo, constituído por todas as raças que sofrem sob o jugo de um processo de mercado injusto, de um processo político de facção — No dizer do ilustre assessor de João XXIII, não é a pobreza dos necessitados, mas a inconsciência dos poderosos, a inconsciência dos abastados.

Portanto, não vamos nos incluir no rol dos inconscientes. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. No último dia 25, S. Exa., o Presidente Gal Emílio Garrastazu Médici, reuniu mais uma vez o seu Ministério, para deliberar e trazer ao conhecimento da Nação medidas de real importância para o nosso País. Podemos, pelo noticiário dos jornais e pela retransmissão da TV, observar que S. Exa. cumprindo o programa da Revolução de março de 1964, teve a oportunidade, naquela data, de assinar três Mensagens ao Congresso Nacional, que realmente merecem ser comentadas e cujos conteúdos deviam, por certo, constar dos Anais desta Casa.

S. Exa. assinou, naquela ocasião, um Decreto de uma importância fundamental para a vida do povo deste País, sobretudo para as classes menos favorecidas pela sorte. É a criação, na Pasta da Saúde Pública, de uma Central de Medicamentos, que tem como finalidade primordial o fabrico e a colocação dos medicamentos ao alcance da bolsa do povo, dos assalariados que, hoje, sofrem não apenas a falta de assistência médica na hora e no momento oportuno, mas, principalmente, sofrem a falta de condições para aquisição de medicamentos que possam salvar suas vidas, a vida de seus familiares, e minorar seus sofrimentos.

A Central de Medicamentos do Governo Federal coloca o dedo em uma ferida das mais graves deste país: o preço dos remédios.

Esperamos, e temos a certeza de que, se não se solucionar totalmente este problema que é crônico, e, desde que o Brasil é Brasil, faz o seu povo sofrer, venha, pelo menos, a minorar, a trazer um lenitivo àquele que ganha pouco, que sofre muito, que trabalha bastante.

S. Exa., o senhor Presidente da República, na mesma reunião, assinou ainda uma mensagem dirigida ao Congresso Nacional, a respeito de um assunto que vem alcançando as manchetes de todos os jornais de circulação nacional, e dos jornais de circulação regional. Sobre este assunto, inclusive nesta Casa muito já se disse. Os srs. Deputados sobre ele já leram, sobre ele já debateram, mas a respeito dele muitos dramas estão, certamente, acontecendo, nos lares nacionais.

A Mensagem a que me refiro, assinada por S. Exa. o Senhor Presidente da República, é com relação à Lei de repressão ao tóxico. E este é um problema que há muitos anos já atinge a nossa nação, mas que, de algum tempo para cá, sofreu um impulso maior em função de seu uso, principalmente por jovens adolescentes, em estabelecimentos de ensino, conduzidos criminosamente pelas mãos de nefastos traficantes; este problema tomou conta da consciência nacional, entrou nos estabelecimentos de ensino, alcançou as Casas de Lei, e chegou ao Congresso Nacional e encontrou acolhida na sensibilidade dos homens do Governo Federal que desejam, para nós e para nossos filhos, uma Pátria economicamente forte, uma nação econômica, ativa e independente, mas desejam, principalmente, que o povo detentor desta Nação e compositor da própria pátria, venha, no futuro, ser um povo sadio de alma e de intenções, principalmente capacitado para manter, com o trabalho, a independência desta nação que, aos pósteros, entregará livre e democrática.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, as duas mensagens a que me referi, realmente merecem um destaque neste nosso pronunciamento; desejo principalmente sobrelevar perante V. Exa. a terceira Mensagem assinada por S. Exa., o sr. Presidente da República. É aquela que trata das diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º grau. Visa implantar neste país, definitivamente, o ensino fundamental.

Com relação a esse assunto, tivemos já oportunidade de, nesta Tribuna, fazer um longo pronunciamento, analisando a situação educacional do Estado do Paraná, em rápidas pinceladas, fazer também uma análise superficial da falta de condições a respeito da situação educacional em nosso país.

Todos concordamos naquela ocasião, que a educação, nos termos em que está posta, não mais pode continuar, com os nossos girasóis acadêmicos que não formam e tampouco informam, e deveria sobreir uma reestruturação de base, de tal forma que a educação, neste país, servisse não apenas de delimitação de uns poucos que conseguem atingir os bancos universitários, mas sobretudo servisse para habilitar os moços, na época da vida que a sua potencialidade de trabalho é, quem sabe, a maior de toda sua existência.

Porisso, então, o país reclamava, há algum tempo, uma reforma estrutural na sua sistemática educacional.

Implantada a Revolução no Brasil, passou-se a dar uma atenção muito grande ao setor da educação, mas infelizmente a tensão sempre foi desen-

volvida mais para o nível de ensino superior, exatamente por que nas nossas Faculdades e nas nossas Universidades, está aquilo que chamamos "força de pressão". Os estudantes organizavam uma entidade de classe que, através de movimentos, legítimos todos eles conseguiam pressionar as autoridades, abrir maior número de vagas, conquistar recursos para esse nível de ensino, e melhor aparelhar nossas Faculdades e as nossas Universidades.

Se o Ensino Superior em nosso país ainda deixa muito a desejar, e, entretanto, de todos os níveis de ensino o melhor atendido, o mais bem protegido, aquele ao qual o governo do Estado dispensa mais atenção. O Paraná criou, no governo Paulo Pimentel, três Universidades.

O Governo do Estado e o Governo Federal dão a maior parcela de sua atenção e de seus recursos ao nível superior. O nível primário e o nível médio, sempre estiveram, não entendemos bem porque, relegados a um segundo plano no planejamento, na distribuição de recursos do Governo Federal.

Por isso, srs. Deputados, sr. Presidente, venho a esta Tribuna com grande júbilo, para apresentar um requerimento, que espero e peço a solidariedade de todos os meus companheiros desta Casa, de congratulações ao Governo Federal, ao Ministro da Educação e ao Presidente da República.

Porque eles voltaram, apesar de já um pouco tardiamente, as suas vistas, a sua atenção exatamente para o ensino fundamental, o ensino de nível primário e o ensino de nível médio.

O ensino de nível primário, como ninguém desconhece, é aquele que abre as primeiras perspectivas e a primeira visão para as crianças, quando entram numa sala de aula.

O ensino médio é aquele que tem a responsabilidade de descobrir e despertar a vocação, de orientar os jovens nas suas épocas mais difíceis da vida, na época da adolescência, onde os problemas íntimos, internos, e até externos, conflitam-se às vezes descontroladamente, tirando um moço que poderia representar um grande futuro para a sua família e sua Nação, do bom caminho.

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Costa) V. Exa. tem dois minutos para concluir.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Por sr. Presidente, srs. Deputados, ao terminar esta minha exposição, desejo apenas dizer que entendo que este Anteprojeto de Lei, esta mensagem que consubstancia uma verdadeira revolução no setor da educação nacional, marcará, realmente, para o futuro e para a eternidade deste país, o atual Governo da República. Porque as conquistas materiais, as conquistas em termos de recursos materiais, muitas vezes não marcam, como não têm marcado na maioria dos casos, a trajetória de um Governo, ou a atuação de um homem público. São conquistas como esta, de profundidade, que marcarão e escreverão o nome do atual Governo Federal em letras de ouro, para as futuras gerações deste País. Através desta Mensagem, que procurarei analisar detalhadamente nas próximas sessões, o Governo Federal e o Governo Estadual virão a dar um gigantesco passo no sentido de oferecer maior índice de escolaridade, no sentido de aperfeiçoar nossas escolas, para que deixe de formar os frustrados que até agora têm formado, e que venha, num futuro próximo, formar os verdadeiros homens de que o Brasil precisa. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 45 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.



Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Quilse Crisóstomo, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger e outros, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 255-69, fica denominado "Vereador José Ramos de Oliveira", o atual Grupo Escolar de Pirapó, Distrito do Município de Apucarana. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N. 255-69.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Vereador José Ramos de Oliveira o atual Grupo Escolar de Pirapó, distrito do Município de Apucarana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7.6.71.

aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Pinto Dias

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 140-70, de autoria do dep. Abraão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a doar uma Motoniveladora com as características que especifica, à Prefeitura Municipal de Astorga. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 173-70, do dep. Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo a doar, à Fundação Legião Brasileira de Assistência, dois lotes de terreno, na forma que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 231-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 27-70, dispõe sobre a Obrigatoriedade da Inscrição dos Produtores como Contribuintes do Imposto de Circulação de Mercadorias e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 268-70, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 33-70, cria no Quadro Único de Pessoal da Penitenciária de Mulheres, os cargos em Comissão, na forma e como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 151-70, de autoria do dep. Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Cambará. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 101-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 14-71, encaminhando anteprojeto que dá nova redação ao artigo 9.º da Lei n. 5.982, de 4 de agosto de 1969. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 163-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a obter empréstimo externo até o montante de Cr\$ 70.000.000,00, para atender ao custeio com pavimentação e serviços complementares, do trecho de estrada compreendido entre Londrina e Mauá, e dá outras providências. — Parecer da C.C.J. pela REJEIÇÃO. — Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

PROJETO DE LEI N. 163-70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a obter empréstimo externo até o montante de Cr\$ 70 000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira, considerada cotação cambial da data desta Lei, para atender ao custeio com pavimentação, serviços complementares, e estudos de engenharia especificamente do trecho de estrada compreendido entre Londrina e Mauá (Londrina-Mauá), em uma extensão de aproximadamente 65 km, constante do Plano Diretor, elaborado pelo GEIPOP, em co-operação com o BIRD, para o decênio 1966-1976.

§ único — A garantia a ser oferecida para a consecução do empréstimo, a que se refere a presente Lei, consistirá na emissão de Notas Promissórias, até o valor constante do artigo anterior, negociáveis e transferíveis, para cuja emissão e aval ficam autorizados o Governo do Estado, o Tesouro do Estado, e bem assim o Banco do Estado do Paraná S.A., e o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., respeitados, quanto a estes, as limitações legalmente impostas referentes a juros, capital, e taxas adicionais, em favor de financeiras estrangeiras.

Art. 2.º — A operação de crédito a que faz referência o Art. 1.º deverá obedecer as normas estabelecidas pelo Governo Federal, através de seus órgãos competentes, inclusive no que concerne a juros, taxas, comissões, carência e prazos.

§ 1.º — Os ônus tributários sobre o pagamento do principal e juros ficarão a cargo do mutuário final da operação de crédito.

§ 2.º — O pagamento de taxas adicionais de expediente, abertura de crédito, calculado sobre o capital e juros, será suportado pelo Estado até o limite de 3,2% (três vírgula dois por cento) devendo constar nos Orçamentos Plurianuais de Investimento a importância da despesa.

Art. 3.º — Nos Orçamentos Plurianuais de Investimento constarão dotações anuais destinadas à amortização e resgate da operação de crédito ora autorizada de acordo com os critérios de amortização e resgate do valor a ser contratado com fundamento na presente Lei.

Art. 4.º — A contratação dos serviços previstos no Art. 1.º do presente diploma legislativo, será feita consoante as condições estabelecidas nesta Lei, e conforme as disposições do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967.

§ 1.º — Para a contratação dos serviços, no interesse do serviço público e segundo o Decreto-Lei 200, serão levadas em conta as condições de qualidade e de pagamento, rendimento, preço, prazo, e bem assim, tendo em vista a necessidade da imediata execução da Obra, e a complexidade para a conclusão do financiamento externo, o Poder Executivo procederá a contratação direta dos serviços com a preferência da empresa que comprove ter condições favoráveis à obtenção do empréstimo externo.

§ 2.º — Os preços dos serviços serão estabelecidos na Tabela de Preços do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovada pelo Conselho Executivo, daquele órgão, em 18 de maio de 1964, devidamente atualizada.

§ 3.º — As revisões de preços deverão obedecer rigorosamente as normas contidas na legislação federal (decreto-lei n. 185-57).

§ 4.º — Para impedir o retardamento das obras contratadas mediante financiamento externo, fica o Poder Executivo autorizado a consignar no orçamento os recursos necessários que correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, na dotação 70-4-2-62-03-0, Departamento de Estradas de Rodagem, Consignação 4.3.3.0 "auxílio para Obras Públicas", um crédito au-

plementar até o valor de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a sua abertura; o produto do empréstimo de que trata a presente Lei.

§ 1.º — O crédito aberto será utilizado para pagamento à vista, especificamente ao empreiteiro contratante.

Art. 6.º — O Poder Executivo poderá expedir instruções complementares quando necessário ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970.

a) Dep. Erondy Silvério.

#### JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora submetemos à elevada apreciação de nossos pares, é altamente significativo, pois visa suplementar recursos financeiros destinados a obras à cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, onde, como é do conhecimento geral, a Administração Pública vem concentrando grandes esforços no sentido de que, ainda no decurso deste ano, sejam iniciadas ou concluídas novas obras rodoviárias, fato que, sem a menor sombra de dúvida, dará motivação a que o Estado do Paraná apresente um desenvolvimento em índices nunca antes verificados em nosso Estado.

Por outro lado, merece destacar que o projeto de lei em questão, contém dispositivos expressos de que, na sua execução, deverão ser rigorosamente obedecidos os preceitos da Legislação Federal aplicáveis à espécie, como sejam os Decretos-Lei números 185-57 e 200-67.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 163-70

AUTOR: Erondy Silvério

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a obter empréstimo externo até o montante de Cr\$ 70.000.000,00, para atender ao custeio com pavimentação se serviços complementares do trecho de estrada compreendido entre Londrina e Mauá, e dá outras providências".

#### P A R E C E R

1) — O Projeto vem articulado e justificado, nos termos em que dispõe o Regimento Interno.

2) — A iniciativa em tela fere o art. 34 da Constituição Estadual, que está assim redigida:

"Art. 30 — É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abrem créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

Por outro lado, verifica-se que a mesma Proposição perdeu a sua oportunidade, tendo em vista que foi consignado no Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 71-72-73, em Consignação diversa da prevista pelo aludido plano de lei, verba necessária para os serviços de pavimentação da Rodovia Londrina-Mauá.

Assim, pois, em face das razões expostas, somos pela **rejeição** do projeto.

É o parecer

Sala das Comissões, em de abril de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Igo Losso

Armando Queiroz

Muggiati Filho

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, pedindo adiamento de votação para o Projeto de Lei n. 163-70, por três sessões. Em votação.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para encaminhamento de votação).

Sr. Presidente.

Achei muito oportuno que o Líder do Governo queira o adiamento da discussão do Projeto de Lei. Porque, srs. Deputados, eu estava pronto para encaminhar um requerimento neste sentido; então, quero manifestar meu apoio a este requerimento, e fazer uma solicitação ao nobre Líder do Governo, no sentido de que, se for possível, que fosse informado à Casa se o montante do empréstimo solicitado é o necessário para cobrar o dispêndio, quanto, e em que prazo. Quanto de juro pagará o Estado, e em que prazo serão liquidadas estas parcelas, e em quantos anos ficará o Estado do Paraná com este financiamento, a fonte de financiamento, informação que gostaria de pormenorizar e encaminhar a S. Exa. talvez um memorando, que seria a forma adequada, sobre os aspectos deste vultoso financiamento do Estado do Paraná.

Portanto, quero manifestar-me favorável ao requerimento e pedir esta informação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Reverendo Daily Rezende França. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando sejam enviados votos de aplauso ao sr. Ministro de Educação e Cultura e ao sr. Presidente da República, pelo envio de Mensagem ao Congresso Nacional, objetivando a aprovação da Lei que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e de 2.º grau e dá outras providências. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n. 268-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado apêlo ao sr. Governador do Estado, no sentido de que providencie junto ao sr. Secretário de Educação e Cultura, quanto ao pagamento das zeladoras dos estabelecimentos de ensino. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao sr. Secretário de Segurança Pública, pela ação destemida e vitoriosa dos policiais a serviço da Delegacia de Furtos e Roubos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, no sentido de que aquela autoridade providencie o pagamento dos vencimentos dos agentes e fiscais contratados daquela Pasta. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n. 27-68 e de Lei n.os 39-70, 47-70, 268-70;

3. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 151-70 e 101-71;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 165-70.

Levanta-se a sessão.